

## **COMUNIDADE TRADICIONAL DO IRATAPURU/AMAPÁ: a (re)existência em território da usina hidrelétrica de Santo Antônio do Jari**

Karoline Fernandes Siqueira Campos<sup>1</sup>  
Marcelo Rodrigues Mendonça<sup>2</sup>  
Vinícius Batista Campos<sup>3</sup>

### **Resumo**

Este texto respalda-se em apresentar a geografia do território no contexto do desenvolvimento no Brasil dos últimos 30 anos e os efeitos da inserção energética na comunidade do Iratapuru no Sul do Amapá, com a implantação da Usina Hidrelétrica (UHE) de Santo Antônio do Jari. Essa pesquisa nasce de uma inquietação particular e acadêmica em compreender como a exploração hídrica das bacias amazônicas incentivadas pelo Governo Federal por meio de programas, a exemplo do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, interferem na vida dos Povos da Floresta e como estes (Re)Existem para perpetuar suas culturas tradicionais. A temática proposta é relevante por ser considerada pioneira e inédita, tendo em vista o lapso temporal recente (2010 a 2016) em que os sujeitos estudados passam e os resultados encontrados refutam a ideia/discurso originário de que a construção da UHE nesta região, os possibilitaria o fornecimento de energia, diminuindo o entrave do isolamento geográfico e da carência de infraestrutura para o desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Povos da Floresta. Empreendimentos Energéticos. Território Identitário Cultural.

### **Introdução**

A pesquisa em desenvolvimento, busca compreender como a atual inserção de UHE's na Amazônia interferem na (Re)Existência e (re)adequação dos povos da floresta ao novo território entregue como medida compensatória imposta pelo utópico proceso expansionista e quais são os reflexos que degradam as relações com a natureza, geram conflitos territoriais, que impactam diretamente na cultura e identidade da comunidade.

Os dados levantados nesta abordagem da epistemologia do Território, fomentará os debates científicos sobre as ciências geográficas e percepção no imaginário dos sujeitos da comunidade tradicional do Iratapuru, localizada em Reserva de Desenvolvimento Sustentável no sul do Amapá, relatando os fatores de (des)territorialização e os efeitos na identidade cultural dos moradores da Vila de São Francisco como repercussão do Empreendimento Energético

---

<sup>1</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – Campus Princesa Isabel (IFAP/UFG).  
karoline.campos@ifpb.edu.br

<sup>2</sup> Universidade Federal de Goiás – UFG/IESA. ufg@marcelomendonca.edu.br

<sup>3</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – Campus Princesa Isabel (IFAP).  
vinicius.campos@ifpb.edu.br

instalado na região, o que concomitantemente favorecerá à diminuição das lacunas literárias sobre o tema em questão.

Os frutos advindos da fase de campo e revisão bibliográfica, configuraram as materialidades, especificidades, singularidades da simbologia existencial dos ritos e tradições deste povoado, que com cerca de 50 famílias, que mantiveram relação proximal com o espaço habitado, tendo em suas práticas rotineiras a participação das agentes sociais (comunidade) e instituições (públicas e privadas), o que sempre originaram as suas territorialidades, identidades.

Segundo Vilhena (2004), a comunidade do Iratapuru é a guardiã, usuária e beneficiária da reserva do rio Iratapuru e tem como principal exploração entre os produtos da floresta, a castanha (*Bertholletia excelsa*), além da copaíba, breu branco (resina) extraída da árvore cumaru, dando-lhe depois de 2000 a autonomia em negociar suas riquezas naturais com a criação da Cooperativa Mista de Produtores Extrativistas do rio Iratapuru (COMARU), que agregando valores ao extrativismo, alavancou o beneficiamento da cadeia produtiva, ampliando as possibilidades de mercado e a assinatura de contratos de escoamento de suas produções para empresas multinacionais como a NATURA.

É importante destacar que o espaço estudado, são os territórios vivos, os territórios identitários, as delimitações de costumes, modo de vida e a utilização da floresta, rios, conhecimentos e saberes tradicionais, os meios imateriais e os aspectos sócio culturais do simbólico e do tradicional, para refutar ou corroborar com a hipótese de que a introdução de Empreendimentos capitalistas fazem com que os moradores, filhos da terra, (Re)Existam no território (re)inserido, e entender quais são as estratégias selecionadas para manter suas histórias, em meio aos conflitos do aculturamento e das relações de poder no território.

### **Referencial Bibliográfico**

As discussões teóricas foram pautadas nas ideias de Raffestin (1981) sobre a Geografia do Poder no espaço e território, com a equivalência de significados de Haesbaert (2004), ao mencionar o espaço construído como reflexo das ações e formas do uso da natureza, as dinâmicas populacionais estabelecidas e todas as atividades que lá são desenvolvidas.

Nesta perspectiva Santos (2006), afirma que o território é o lugar de todas as ações, paixões, poderes, forças e fraquezas e Lefbvre (2000) complementa retratando ainda as relações sociais, afetivas e de trabalho, remetem à existência humana e suas territorialidades. Sendo assim o homem altera a (re)produção territorial e dependendo das intervenções, os conflitos são inevitáveis.

No Território vivido e habitado da Amazônia, essas fundamentações dos conflitos são referenciadas por Trindade Júnior (2014), quando trata das intervenções e práticas que surgem com a construção e implantação dos empreendimentos nestes espaços, áreas protegidas, tendo como maior problemática o uso inadequado dos recursos naturais, implicando em *territórios desequilibrados*.

Bertha Becker (1990), relatando que as ocupações na Amazônia, sempre aconteceram com o discurso do desenvolvimento, e os projetos capitalistas, com permissão de usufruto, impactou durante a história, os laços tradicionais e os aspectos físicos, químicos, biológicos, identitários e culturais, levando a contextos de processos rígidos e caóticos, com limites impostos e segregadores, cheios de simbologismos de fronteira e disputas entre os micro poderes.

Essas fronteiras imaginárias e infinitamente indeterminadas, são para Haesbaert (2007), uma importante significação no século XXI, para as reestruturações dos territórios populacionais, que pelos conflitos gerados, comprometeram as áreas culturais, des-or-denando o espaço para possibilitar a mobilidade das pessoas e do capital.

Essas construções limítrofes tem como fio condutor, as designações acrônicas dos velhos discursos ideológicos do desenvolvimento técnico científico informal cunhado por Santos (1996), controlando assim a reestruturação territorial, a concentração da terra e dos mercados, invadindo o ideário cultural com (de)marcações escamoteadas que imprimiram novas dinâmicas tradicionais à constituição dos povos, repercutindo em reflexões do espaço vivido e habitado (CAMPOS SIQUEIRA, 2016).

Esse processo metabólico do capitalismo define inclusive como os estudos e relatórios de impactos ambientais (EIA e RIMA) dos grandes empreendimentos serão elaborados e efetivados, sustentados no discurso da promoção do desenvolvimento sustentável, mas que na verdade fazem parte do preâmbulo das incursões das mudanças avassaladoras e de extremo

desequilíbrio. Thomaz Júnior (2011), enfatiza que esse discurso e faz alusão as artimanhas do capital em incorporar uma roupagem ecológica capitalista/reformista, para reformar estruturas condenadas, capazes de responder às campanhas midiáticas milionárias, em tornar o capitalismo mais verde e mais respeitoso ao meio ambiente.

Esses documentos consolidados pelos interesses capitalistas, segundo Farias (2004), retratam apenas o que é pertinente aos responsáveis pelos Empreendimentos Energéticos e os impactos da área de influência e seu entorno, são diagnósticos básicos e superficiais, onde os percalços sociais, ambientais e econômicos moldam-se exclusivamente para atender as diretrizes legais de órgãos competentes pela autorização de suas implantações.

Verdun et al (2011), ainda complementam que estes diagnósticos são estudos imprecisos e estão aquém da realidade das dinâmicas espaciais e territoriais das comunidades afetadas, repercutindo em documentos superficiais e elaborados sem a participação massiva dos moradores afetados, com suas peculiaridades e especificidades tangentes aos povos e comunidades tradicionais.

Esses grupos culturalmente diferenciados, tem economias próprias pela manutenção da relação com a natureza, se autorreconhecem como portadores de identidades próprias, salvaguardam seus direitos, modos de fazer, ser e viver, com histórias materiais e imateriais passadas de geração para geração, tem o território vivido cheios de simbologias e aprendizados, sendo mais que simples terras e cujas espacialidades ultrapassam as divisões políticas administrativas (Decreto 6.040, 2007).

Essas comunidades e povos tradicionais afetados com a ocupação capitalista sentem-se em território (des)conhecido, pela apropriação do espaço e dos meios materiais e simbólicos da natureza; princípios relatados por Raffestin (1981) ao retratar a territorialização, humanização do espaço geográfico, reorganização espacial e a criação de novas relações.

Diante do exposto, é fundamental compreendermos que as principais razões para que o capitalismo busque dominar os territórios ricos da Amazônia, e incorporar os ditames do controle hegemônico da reprodução social e das espacialidades aonde estão os recursos naturais; Souza (2000), associa esses recursos, o capitalismo e a degradação ambiental à progressiva escassez dos nichos sociais, pois o homem que deveria ser o “recurso” mais valioso no desenvolvimento sustentável, é ignorado pelo anseio excessivo pelo progresso.

Na história o homem é responsável pela crise do ambiente, estando na contramão da sustentabilidade e para Sachs (1993), o tripé do desenvolvimento não inclui o ponto de vista social, a defesa da qualidade de comunidades e povos tradicionais, o que culminam em problemas e desigualdades, universalizando as mazelas sociais e os conflitos pelas territorialidades.

Nas discussões descritas e citadas nos parágrafos anteriores, o presente trabalho bucará com a metodologia descritiva e exploratória, transcrever as percepções do imaginário narrado, diagnosticado e observados dos moradores da Vila de São Francisco do Irapuru, avaliando o pertencimento no antigo e novo território, a territorialização implantada e as territorialidades (re)criadas, focando nas relações de poder e empoderamentos da (Re)Existência no Território da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio do Jari.

## **Metodologia**

### **Recorte Espacial da Área de Pesquisa**

Segundo Vilhena (2004), a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Irapuru foi criada em 11 de dezembro de 1997, por intermédio da Lei n. 392 do governo do Estado do Amapá; é considerada a segunda do país nessa modalidade e se destina a proteção dos recursos naturais e ao desenvolvimento de práticas produtivas sustentáveis, tendo se destacado o extrativismo da castanha do brasil sendo considerada guardiã, usuária e beneficiária da reserva do rio Irapuru.

### **Sujeitos da Pesquisa**

Os sujeitos da pesquisa foram 50 pessoas que representaram as 50 famílias da atual conjuntura do novo Território construído pelo Consórcio do Empreendimento Energético, Usina Hidrelétrica de Santo Antônio do Jari, intitulada NOVA VILA de São Francisco do Irapuru, com faixa etária de 16 a 80 anos, percorrendo os diversos cenários do protagonismo feminino, juvenil, masculino e de lideranças religiosas, culturais e de instituições que oferecem serviços básicos de saúde.

## **Etapas da Pesquisa**

- 1) Levantamento bibliográfico dos conceitos chaves, sobre território, territorialidades, (Re)Existência, identidade, desenvolvimento regional, grandes empreendimentos na Amazônia, a região Sul do Amapá, Comunidades Tradicionais e Usinas Hidrelétricas;
- 2) Análise documental, por meio da avaliação dos relatórios técnicos e estatísticos sobre as vertentes sociais, econômicas, culturais, políticas, ocupação espacial, organização territorial da Comunidade do Iratapuru e seus desdobramentos no processo histórico de instituições como: SEMA, IEPA, IBGE e EDP);
- 3) Fase in locu (campo) com fases: Observação Diagnóstica; Coleta de dados com a aplicação de questionários; Entrevistas orientadas, culminando em dados quali e quantitativos sobre a perspectiva do imaginário dos moradores quanto aos efeitos da (re)configuração do território e a (Re)Existências na luta pelo território e suas reinserções no que lhes foram entregues como medida compensatória.

## **Resultados e Discussões**

O território como relações de poder materiais e imateriais realizadas pelas agentes da comunidade e institucionais, retratam a nova constituição da comunidade de São Francisco do Iratapuru, em análise da observação diagnóstica os grupos sociais coexistem sob novas realações, muitas refeitas e outras desfeitas no processo de implantação da UHE de Santo Antônio do Jari, alterando profundamente o sentimento de pertencimento ao lugar; as contradições encontradas nas narrativas é sobre a influência da modernidade nas relações e no coletivo, mudando a cultura e a importancia da identidade territorial para cada morador, tendo muitos uma nostalgia à antiga e a (re)dequação à nova vila.

Sawaia (1999), usa o imperativo contemporâneo da identidade, para referenciar como o ritmo acelerado das transformações no território, redefinem as territorialidades e contribuem para que as relações interpessoais e intergrupais sejam mudadas e o coletivo deixe de representar a maioria, passam a construir os sujeitos e seus usos, aonde suas memórias do



espaço vivido, tem simbologias distintas da identidade e das (re)existências necessárias para (re)estruturarão do antigo em contraponto ao inovador, moderno.

Em meio as contradições incorporadas pelo sistema capitalista do poder, os conflitos parentais, de vizinha, de faixas etárias e principalmente de ideologias, forma as novas raízes históricas, tendo uma pluralidade de conceitos e práticas desde a produção até a forma de identificar-se, tendo os jovens dentro os micro poderes instalados, o grupo com maior voz e vez, que arriscam-se ao novo tecnológico, e que de certa forma alteram os valores, os costumes e as tradições; atitudes para os mais antigos vistos como interrupção da perpetuação histórica da comunidade e a perda contínua de uma identidade conquistada em anos de luta.

O autor Santos (1997), introduz a concepção de que a identidade mesmo em curso, ao longo do tempo, pode ter renovados os valores, tradições, e outros traços da identidade, e que essas alterações são oriundos dos processos sociais e culturais presentes na organização da sociedade e portanto são mitáveis e voláteis.

Mesmo que Santos (1997), nos leve à reflexão que as possíveis mudanças nos costumes dos povos aconteçam e são compreendidas por meio dos dados científicos; tal proposição vai de encontro com a percepção dos moradores da Comunidade Tradicional do Iratapuru, que avaliam essa fase como uma transitoriedade refletida das ocupações e invasões, e acreditam que essas interferências não perduraram, pois tem um significado mais pontual quanto ao simbolismo identitário da tradição de ser um povo da floresta, com ideários e imaginários próprios.

Nos questionários e entrevistas aplicados, questões sobre os sujeitos sociológicos e suas atuações; configuração territorial e os limites territoriais; conformidade e aceitação da nova vila; as medidas compensatórias e as relações e conflitos com a nova e a antiga vila, foram levantadas. Possibilitou o tratamento analítico estatística e a transcrição subjetividade das respostas abertas. Destes é possível afirmar que só existe uma configuração espacial aceita por 98% dos moradores, a que é regida e estabelecida nos documentos da comunidade, respeitando os limites de hectares para o extrativismo da castanha, das fronteiras das casas, dos limitrofes com as terras indígenas e com as áreas protegidas, conforme imagem 1, vista área da nova vila.



**Imagem 1. Vista aérea da Nova Vila de São Francisco do Iratapuru**

**Fonte: Arquivo da Cooperativa da Comunidade**

Os novos atores sociais que coexistiram na fase de construção das vilas e da barragem da UHE, trouxeram além de dialetos e doenças, mudança nas rotinas da comunidade e uma forte influência no modo de sentir a floresta e seus produtos, tendo jovens com crises de identidade e atuação, tornando-se rebeldes, violentos e alguns com problemas de dependências “Vícios”; criando as informalidades de trabalho, as recriações simbólicas das tradições, a multiplicidade de entendimentos sobre os ritos e mitos, fragmentando as relações e os aconselhamentos com os mais velhos (moradores antigos), mais experientes e que detinham esse papel social junto ao jovens.

Para Hall (2006), a identidade tornou-se uma “celebração móvel”, formulada e transformada continuamente em relação as formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam e Haesbaert (1999), elucida as identidades territoriais e a sobreposição dos limites, que de forma muito genérica a identificação e valoração simbólica (positiva ou negativa) do espaço pelos seus habitantes sempre acontecerá.



As (re)construções não se limitaram as estruturas físicas estruturais, atingiu a (re)construção da multiterritorialidade, e no comparativo do antes e do depois das vilas, temáticas da carência, abandono, falta de medidas reparadoras e insatisfação foi unânime pelos entrevistados, nenhum deles está totalmente satisfeito com a mudança compulsória, e que os desafios da nova vila são geradores de conflitos existenciais e no grupo; a forma escolhida para a distribuição das moradias desfez laços e vínculos e dificultou a relação direta com a natureza, com o rio mais precisamente; o sentimento de pertença é longínquo e saudosista nas vozes dos moradores, nas longas narrativas, os choros, as entonações irritadas, o estresse e o cansaço mostram o quão problemático foi sair da antiga vila.

A unanimidade também retorna à cena ao tratar sobre as medidas compensatórias, todos os indagados reclamam da ausência após a entrega da vila e conclusão da barragem dos responsáveis pelo empreendimento, expõe suas descrenças no Governo e nos órgãos de fiscalização, tendo em vista as incessantes tentativas em vão de buscar soluções às suas demandas urgentes e emergentes, mas nada foi feito; perderam não só a água, a luz que nunca chegou, o saneamento, as casas, perderam também as relações de grupo, que deram lugar aos conflitos e aos poucos veem as geografias imaginárias dos espaços simbólicos vividos e todo o tradicional do antigo e de suas histórias ficando apenas nas memórias.

De acordo com Sack (1986), o território e a territorialidade são termos geográficos entendidos como territorialidade humana e constitui-se em uma forma espacial de comportamento social, revestidos em estratégia de controle sobre um determinado espaço e serve para entender como a sociedade e o espaço estão relacionados.

Esses territórios destoantes e distantes, provocam conflitos e ausência de consensos coletivos, gerando concepções diferentes e intrigantes, ignorando os desejos, anseios, relacionamentos e os movimentos de reivindicações ao que é essencial, nos casos de comunidades tradicionais, a reprodução material da vida, do que paira a simbologia dos mitos, das lendas, dos folclores, das belezas naturais, dos saberes da floresta, das inspirações e as semelhanças identitárias e culturais, buscando a (re)conquista da luta, dos valores, sem que haja a negação do território ancestral.

(Re)Existir, ponto chave das lamentações, para que a UHE e qualquer outro empreendimento não possa tirar deles a autonomia de continuar sem disputas internas, de

calarem seus jovens, suas mulheres e tirem deles a certeza absoluta de suas raízes e dos auto reconhecimentos, querem sobretudo fazer valer seus direitos, ter domínio de seus territórios (des)organizados e transformados, querem como muitos falaram “colocar ordem na casa” e “expulsar os intrusos” ou ainda “o território é o nosso lar, eles não podem interferir nas nossas vidas e de nossa comunidade”; (Re) existir para os moradores é sinônimo de liberdade e voltar ao que tinham antes da UHE de Santo Antônio do Jari.

### **Considerações**

Nesta trajetória, com todas as singularidades da comunidade tradicional do Iratapuru, as (re)existências, emergem e sucumbem diariamente, tendo em vista a nova estrutura societária cujas delimitações geográficas, fomentou os ressignificados e reinvenções, interferindo no uso do território, na (re)criação das territorialidades identitárias e culturais; a exploração ultrapassou os vieses capitalistas da conquista das riquezas naturais, e chegou nas representações no controle social tradicional daquele povo.

Em termos gerais, as influências, os fenômenos e as relações, o território tem dois momentos antagônicos e distantes, o que significa que as ações presentes e passadas, metamorfosearam o futuro dos moradores, cajo a (Re)Existência dos geosímbolos não consiga (re)construir os arranjos culturais, tradicionais e espaciais daquele território identitário, mantendo práticas como o respeito aos mais velhos, que tem hierarquia da idade e experiências, e as lembranças possam ser expressadas nas festividades, criando as redes de relações afetivas e de pertencimento, articulando o feito com o desfeito, e as auto segregações com a expressão consensual e coletiva, para conservar o que é relevante e implantar aquilo que é necessário.

A Comunidade Tradicional do Iratapuru é um exemplo da região Sul do Amapá, que vem lutando para assegurar ao seu povo, a garantia de preservação dos direitos tradicionais, enfrentando em toda a sua história a invasão de seus territórios por Grandes Projetos capitalistas, e nestes últimos anos da UHE de Santo Antônio do Jari, ampliando a discussão sobre o território identitário dos povos da floresta, que isolados geograficamente ficam vulneráveis a incontrolabilidade do capital, mas que o fato de mesmo em conflitos e sob muitas influências não perdem a esperança de transformar este cenário, via luta de classe e com a ajuda dos movimentos sociais.

## Referências Bibliográficas

BECKER, B. K. **A Fronteira em Fins do Século XX: Oito Proposições para um debate sobre a Amazônia in “Fronteira Amazônica: Questões sobre a Gestão do Território”** Editora UnB. Brasília, Editora UFRJ: Rio de Janeiro, 1990.

FARIA, I.D. **O descompasso e o Piroscópio: Uma análise dos conflitos socioambientais do projeto da Usina Hidrelétrica Belo Monte.** Dissertação/Doutorado. Programa de Pós Graduação do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. Brasília, 2004.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2004.

HAESBAERT, R. **Região, diversidade territorial e globalização,** Rio de Janeiro:UFF/EGG, 1999.

HAESBAERT, R.; ARAÚJO, F. G. B. **Identidades e Territórios: Questões e olhares contemporâneos.** Access: Rio de Janeiro, 2007.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço.** Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início – fev de 2006.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder.** Ática: São Paulo, 1993.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURZSZTYN, M. (Org). **Para pensar o desenvolvimento sustentável.** Brasiliense São Paulo: 1993.

SACK, R.D. **Human Territoriality. Its Theory and History.** Cambridge:Cambridge University Press, 1986

SANTOS, M. A.. **Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. **A natureza do Espaço: Tempo e Técnica – Razão e emoção.** Hucitec: São Paulo, 1996.

SANTOS, B de S. **Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** São Paulo: Ed. Cortez, 1997.

SAWAIA, B. B. **As Artimanhas da Exclusão: Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social.** 4ª. Ed. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1999.

SIQUEIRA CAMPOS, K. F. **Novas dinâmicas territoriais da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio no vale do Jari: a desconstrução do uso do território e de produtos na RDS do**

Iratapuru/AP. Macapá, PPGMDR/UNIFAP, 2016. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento Regional).

SOUZA, M. P. **Instrumentos de gestão ambiental: fundamentos e prática**. Riani Costa: São Carlos, 2000.

TRINDADE JR., S-C. C.. Das "cidades na floresta" às "cidades da floresta": espaço, ambiente e urbano diversidade na Amazônia brasileira. In: Ester Limonad; Edna Castro. (Org.). **Um novo planejamento para um novo Brasil?** 1ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

THOMAZ JÚNIOR, A. Gestão e Ordenamento Territorial da Relação Capital-Trabalho na Agroindústria Canavieira, no Brasil. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**. Uberlândia, V.7, n.11, 2011.

VERDUM, Ricardo. Terras, territórios e livre determinação territorial indígena. In: Sérgio Sauer e Wellington Almeida (Org.). **Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas**. Universidade de Brasília: p. 205-219, Brasília, 2011.

VILHENA, M. R. **Ciência, tecnologia e desenvolvimento na economia da castanha do Brasil**. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica) Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Campinas, 2004. 149 f.